

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.320, DE 2004

Dá nova redação ao inciso II do artigo 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Autor: Deputado Pastor Francisco Olímpio

Relator: Deputado Rubens Otoni

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe dá nova redação ao inciso II do art. 20 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir as cooperativas de pais no rol do grupo de pessoas físicas que podem criar instituições privadas de ensino comunitárias. A legislação hoje vigente menciona apenas cooperativas de professores e alunos.

Em sua justificação, o autor argumenta que esta alteração tem sido um pleito de várias cooperativas educacionais e de pais, por toda parte do Brasil. Lembra que as cooperativas educacionais atendem parcela significativa da sociedade brasileira, sendo responsáveis pelo oferecimento de um ensino de

qualidade e sem fins lucrativos. Acredita que a inclusão das cooperativas de pais no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação reforçará “as condições de todas as cooperativas educacionais e de pais, de serem instituições privadas de apoio ao ensino comunitário.”

A matéria tramita em regime ordinário e é de competência conclusiva das comissões. Foi distribuída, para exame de mérito, A Comissão de Educação e Cultura, que a aprovou unanimemente sem emendas.

Chega agora a este Órgão Técnico para a devida análise constitucional, jurídica e regimental. Aqui não foram apresentadas emendas dentro do prazo regimental de cinco sessões.

É o relatório.

II- VOTO DO RELATOR

Conforme o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a) e o despacho da Mesa Diretora, cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.320/04.

Trata-se de alteração de lei federal, mais especificamente de alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A matéria é, portanto, de competência legislativa privativa da União, conforme o estabelecido no art. 22, XXIV, da Constituição Federal, cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, em atendimento ao previsto no art. 48 de nossa Lei Maior. A matéria não é de iniciativa exclusiva de nenhum Poder, sendo, então, legítima a iniciativa parlamentar.

De outra parte, também estão atendidas as demais normas constitucionais de cunho material, O projeto é jurídico, já que foi elaborado em conformidade com o ordenamento jurídico infraconstitucional em vigor no País.

Outrossim, no que tange à técnica legislativa do projeto, será necessária a apresentação de Substitutivo para incluir a expressão “(NR) ao final do dispositivo alterado, bem como incluir cláusula de vigência, conforme os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.320, de 2004, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de abril de 2005.

Deputado Rubens Otoni

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 3.320, DE 2004

Dá nova redação ao inciso II do artigo 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do artigo 20 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.20.

.....
.....

II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais de professores, alunos e pais que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

.....(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de abril de 2005.

Deputado Rubens Otoni
Relator